

.....

Este artigo, baseado em pesquisas no âmbito escolar, apresenta reflexões pedagógicas e filosóficas sobre a estrutura funcional da educação pública brasileira que contribui para a manutenção das desigualdades sociais marcadas pela interação sócio-comunicativa entre alunos e educadores. Aborda, diante disso, as influências significativas do contexto político-econômico na vida dos educandos para a exclusão/inclusão social. De modo geral, o artigo conclui com propostas de ensino-aprendizagem preparadas para a formação da cidadania e a superação das relações conflituosas do poder presentes na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Escolar. Interação. Exclusão. Poder. Cidadania.

*This article, based on research in the area of education, presents pedagogical and philosophical reflections on the functional structure of Brazilian public education which contributes to the maintenance of social inequalities marked by the socio-communicative interaction between students and educators. Faced with this, it discusses the influences that are significant in the politico-economic context of the students' lives faced with social exclusion/inclusion. In a general way, the article concludes with teaching-learning proposals prepared for the formation of citizenship and the surpassing of conflictual relations of power present in contemporary society.*

*Keywords: School Education. Interaction. Exclusion. Power. Citizenship.*

# A Perspectiva Educativa da Escola Simôa Gomes-PE e suas Relações de Poder

Sabrina  
Alves Soares

Acadêmica do curso  
de Graduação em Letras  
pela Faculdade de  
Formação de Professores  
de Garanhuns – FFPG-UPE.  
sabrinaalves8@hotmail.com

Francisca Núbia  
Bezerra e Silva

Professora Titular dos  
Cursos de Graduação e Pós-  
Graduação na FFPG/UPE.  
ffpg@garanhuns.rpi.br

## Introdução

O Brasil, por sua origem colonial portuguesa, não sofreu as influências liberais do século XVIII, o que leva a relacionar o atraso do sistema educacional a esse processo histórico. Este trabalho tem como objetivo uma análise das condições do processo de ensino-aprendizagem na escola Simôa Gomes-PE. Trata-se de uma abordagem, cujo *lôcus* de realização passou a ser a interação sócio-comunicativa entre professores e alunos, que de modo geral, é trabalhada para a manutenção do poder elitista sobre as classes sociais dominadas.

Estudar o processo educacional a partir da observação do uso da linguagem entre educandos e educadores significa, necessariamente, estabelecer uma relação múltipla com diversas áreas do conhecimento: Linguística, Sociologia e Filosofia. Assim, é possível identificar que a ligação estabelecida entre sociedade e escola não se realiza sem a interação entre os indivíduos e esta só é concretizada por meio da linguagem. Valores e ideologias de cada comunidade tornam-se somente relevantes na vida do homem quando transmitidos pela ação dialógica, seja de forma oral ou escrita. É a partir daí que se constroem a consciência e o conhecimento humano.

Neste contexto, aborda-se a temática da situação dominante nas escolas que utilizam a linguagem como meio de imposição de idéias, conceitos e normas sem a percepção e valorização da expressividade do aluno.

Importante ressaltar, que tal perspectiva educacional diante das noções entre língua e poder reflete na realidade econômica brasileira quando os jovens saem das escolas incapacitados de acompanharem as exigências do merca-

metodologia aplicada, a fim de dar relevância ao tema para aqueles que desejam fazer trabalhos similares ou programas de redução de fracasso educacional.

## 1 A Descentralização da Política Educacional

A falta de iniciativa no âmbito educacional é um fator de grande influência no retardamento de melhoria qualitativa nas escolas públicas.

Os recursos burocráticos, os projetos e programas prontos dão ao público escolar uma

idéia de eficácia descontextualizada com a realidade local.

Com isso, a rotina de trabalho estabelecida pelos professores é em geral, rígida; não permitindo a flexibilidade necessária ao atendimento da heterogeneidade do alunado.

Efetivamente, devido a esta descentralização, a escolaridade dos setores populares constrói identidades organizadas para o fracasso do que para o êxito da aprendizagem. Assim, o padrão homogêneo de gestão escolar na organização administrativa e pedagógica causam efeitos destacados por Mello (1995, p. 131): “[...] reconcentração de poder, localismo e regionalismo estreitos, aumento das desigualdades sociais”.

Diante destas verificações, observa-se que a perspectiva educacional, pelo deslocamento de seus objetivos centrais em relação às características econômicas e sociais do ambiente escolar, tem sido pouco relevante na formação intelectual do indivíduo.

Além disso, atualmente demonstra-se que a simples ampliação do acesso à escola não garante a igualdade de oportunidades. Neste sentido, deve-se considerar e colocar em prática, na política institucional, a visão de igualdade tan-

*... a formação oferecida pelas escolas públicas... não atende às necessidades concretas dos estudantes.*

do de trabalho, o qual se torna cada vez mais competitivo e seletivo.

Verifica-se, portanto, que a formação oferecida pelas escolas públicas, principalmente as situadas no ambiente com baixo nível sócio-econômico, não atende às necessidades concretas dos estudantes. Dessa forma, há indicações de que o conhecimento se constrói de maneira abstrata. Nega-se o direito do educando se instrumentalizar como um ser capaz de agir sobre o mundo.

De acordo com esses indicadores, situa-se um olhar reflexivo na referida escola pública, por identificar nela índices de repetência e evasão, além de conflitos de relacionamento entre professores e alunos. Logo, torna-se de suma importância avaliar esta problemática diante das considerações sobre a linguagem para que se possa encontrar resposta às causas da inércia educacional frente aos problemas sociais dos educandos. A partir dessa definição, é possível fazer levantamentos de propostas de uma melhoria da estrutura institucional, preparada para a consolidação da cidadania e valorização da identidade do indivíduo.

No decorrer do trabalho, encontra-se reflexões com fundamentação teórica e

to em relação à oportunidade como no tratamento. Não adianta abrir as portas da escola para que sejam depósitos de repetentes e fracassados, se não se resolver o problema da qualidade.

Na formulação de políticas não se permite desconsiderar as diversidades regionais de profundas desigualdades que comportam o continente brasileiro, pois a autonomia do estabelecimento de ensino, bem como, o nível local, são realidades que necessitam de soluções flexíveis, de atitudes democráticas para uma sustentação educacional que viabilize reverter o quadro da repetência e evasão.

Portanto, é a escola que deve propor metas e adotar formas de trabalho para cumpri-las; ser avaliada e responsabilizar-se pelos resultados.

## *2 As contradições da prática pedagógica no desenvolvimento da cidadania*

A instituição escolar sempre foi considerada culturalmente, lugar centralizador da reflexão e da prática dos educadores. Disso resultam explicações do trabalho pedagógico ser voltado apenas à fala do “mestre” sem atribuir ao aluno condições de se destacar nesse espaço privilegiado de valores. Os grandes problemas enfrentados pelas escolas públicas, como repetência e evasão, tem sido ocasionado geralmente pela situação conflituosa entre o conhecimento formal do professor e o saber comum do corpo discente.

As estratégias de política educacional tem abordado soluções para esse fracasso escolar de forma homogênea, sem considerar a diversidade sócio-cul-

tural de cada instituição. Este fator influencia, consideravelmente, na atividade do educador, quando na sala de aula assume posturas didáticas inadequadas à realidade peculiar do aluno.

Pôde-se comprovar esta análise, a partir da recorrência da prática e depoimentos de alunos e professores da Educação Básica, na Escola Simôa Gomes da rede pública no município de Garanhuns, interior de Pernambuco.

Por ser situada em um ambiente com baixo nível sócio-econômico, buscou-se descobrir qual o envolvimento deste contexto nos problemas relacionados à qualidade de ensino-aprendizagem e nos conflitos de relacionamento humano de seus educandos. E assim, descobriu-se que tais dificuldades revelam a dimensão quantitativa da ineficiência do Ensino Fundamental brasileiro, que se desenvolve na formação da auto-imagem dos estudantes, cujas famílias esforçam-se para mantê-los, mas, posteriormente vai ao encontro do fracasso e acabam por incorporá-lo à sua vida. O mais dramático deste problema, como afirma Mello (1995, p. 45):

Acaba sendo considerada normal pela sociedade, a formação (ou deformação) de gerações e gerações de jovens e adultos, que se consideram fracassados e incapazes de adquirir habilidades intelectuais básicas.

Numa conversa informal com o corpo docente da escola, chegou ao consenso a seguinte argumentação sobre os fatores da improdutividade escolar:

*Na formulação de políticas não se permite desconsiderar as diversidades regionais de profundas desigualdades que comportam o continente brasileiro...*

É natural o fracasso na aprendizagem por parte dos alunos porque se trata de crianças e adolescentes de classe baixa e, além disso, suas famílias não dão valor à escola (...)¹.

¹ Os professores do depoimento são titulares e atuam aproximadamente há doze anos, na escola da referida pesquisa.

Neste depoimento, revela, portanto, que os próprios educadores descentralizam a função social da escola. Suas concepções são preconceituosas e ferem a identidade dos educandos. Dessa maneira, como se constrói atitudes cidadãs na formação do ser, se os professores não se sentem compromissados com uma prática transformadora das estruturas conservadoras de poder? Logo, segundo Soares (2000, p. 19):

Obviamente, essa “teoria da deficiência cultural”, ao assim explicar, “cientificamente”, a “desigualdade” de que vinha sendo vítima a criança pobre na escola – culpando disso a própria criança e seu contexto cultural – confortavelmente dissimulou as verdadeiras razões sócio-político-econômico da desigualdade.

De acordo com essas considerações, tornou-se necessário observar a concepção de um aluno da 6ª série do Ensino Fundamental sobre o fracasso escolar:

Eu já fui reprovado duas vezes na 4ª série e sei como é ruim ser considerado um fracassado. A minha mãe sempre bate em mim quando eu tiro nota baixa.

(...) A minha maior dificuldade é aprender português e matemática, e agora que estou na 6ª série, não sei fazer conta de divisão e nem falar e escrever como a professora manda.

No relato do aluno, está implícita a ideologia de que o insucesso/sucesso no currículo escolar é, exclusivamente, responsabilidade do educando, e, este por ter vivenciado a repetência, sente-se incapaz de acompanhar as exigências que a escola o impõe. A família, re-

seu “atraso”, no domínio das disciplinas a não reprodução das informações transmitidas pela professora.

Neste aspecto, tanto o autoritarismo quanto a imposição do saber magistral colaboram para a existência das dificuldades citadas pelo aluno. Portanto, a causa da insuficiência da aprendizagem não está no estudante, mas na forma como a escola e a família o tratam. De modo geral, torna-se mais fácil atribuir a culpa na criança do que mesmo assumir as verdadeiras razões sociais e políticas do processo educacional.

De acordo com esses indicadores, pode-se ratificar, a partir da relação entre os depoimentos dos professores e do aluno, que a prática docente, nesta instituição, vem sendo trabalhada para a manutenção do poder, principalmente quando se trata do ensino de língua materna como processo de reprodução de uma linguagem dominante, apresentada como legítima. Dessa forma, os educandos não conseguem se libertar das condições opressoras quando, no seu contexto social como falantes, “há insegurança lingüística, pois consideram seu modo de falar pouco valorizado, e têm em mente outro modelo mais prestigioso, mas que não praticam” (CALVET, 2002, p. 72).

Dentre os mecanismos de controle social, cabe lembrar que os conflitos de vozes presentes na sociedade são gera-

dos no interior da escola, onde o ser em formação não adquire ferramentas essenciais para enfrentar as desigualdades e garantir sua cidadania. Segundo Soares

(2000, p. 9): “a escola que existe é antes contra o povo que para o povo”.

Assim, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação básica tem a responsabilidade de formar o indivíduo para o exercício da cidadania.<sup>2</sup>

*A causa da insuficiência da aprendizagem não está no estudante, mas na forma como a escola e a família o tratam.*

presentada pela mãe, não tem uma relação dialógica, e com isso, toma atitudes agressivas, o que possibilita o agravamento do problema. Além disso, o descrédito que a criança tem de si é reforçado quando acredita ser fator de

<sup>2</sup> Lei nº 9.394 de 20/12/1996 das Disposições gerais do Artigo 22, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso

No entanto, o trabalho docente e gestão escolar admitem ser educação de qualidade aquela centralizada nos valores ideológicos da classe dominante e acham que os alunos de origem pobre só terão um futuro promissor se incorporarem esses valores; ou seja, a estrutura educacional popular está voltada mais para a exclusão do que para a inclusão social.

### *3 A Motivação e as Relações Interacionais da Linguagem no Contexto Escolar*

Confiar em si mesmo, valorizar-se diante das situações, ter força de vontade para realizar algo; todos estes são sentimentos que resultam da satisfação da necessidade de estima, ou seja, de ser reconhecido como alguém de valor. Quando essa necessidade não é satisfeita, os resultados aparecem em forma de sentimentos de inferioridade, de fraqueza ou de desamparo; impedindo que a pessoa empreenda algo. É por esse motivo que o senso de auto-estima de um aluno interfere diretamente no resultado de suas atitudes e realizações escolares.

A partir do depoimento do aluno já citado anteriormente, verifica-se um conceito negativo que o educando tem de si, ou seja, tanto a mãe como a professora demonstram ter uma relação de interação verbal conflituosa, faltando um envolvimento afetivo com a criança. Dessa forma

[...] “a conduta do indivíduo é bastante influenciada pelos conceitos que vai formando sobre si e pela maneira como interpreta o significado das experiências que vivencia na preparação do palco para a atuação futura nas diversas situações sociais”. (GARRINSON, 1971, p. 326).

O atendimento e a conseqüente satisfação das necessidades originam a formação do autoconceito, que é a forma

como o homem se vê, como se acredita ser. Portanto, a percepção autopositiva favorece o desenvolvimento da confian-

*... cabe lembrar que os conflitos de vozes presentes na sociedade são gerados no interior da escola...*

ça e iniciativa. Contrariamente, como ocorre com o aluno analisando, promove o surgimento da insegurança, do sentimento de impotência frente à resolução de problemas.

Especificamente, quando o estudante, afirma não saber falar e escrever de acordo com a expectativa da professora, está claro, então, a desvalorização que a educadora demonstra diante do saber lingüístico do aluno. Sua concepção de ensino da língua materna torna-se uma mola propulsora de jogos ideológicos de poder, como se o bom falante fosse aquele que dominasse em seu discurso as normas pré-definidas pela gramática. No entanto, segundo Bakhtin (2002, p. 46): “A língua, para a consciência dos indivíduos que a falam, de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas”.

Mediante esses fatores, à medida que a criança se desenvolve ao lado das exigências e pressões exacerbadas dos adultos, passa a se sentir frustrada, inapta na realização de seus desejos e, nesse momento, a linguagem, como veículo indispensável nas relações humanas, configura-se de forma a garantir a opressão, limitando o valor expressivo do ser.

Com efeito, o aluno constitui a idéia formal da língua um modelo a ser reproduzido, e quando este não consegue atingir esse modelo abstrato, fora do seu contexto social, imagina ser incapaz de aprender e de interferir no processo de aprendizagem.

Assim, pode-se conferir que a forma como se trabalha a interação verbal entre alunos e educadores influencia no

desenvolvimento da motivação, enquanto constructo do ser social.

As lutas de classes e as disputas do poder são explícitas por meio da interação sócio-comunicativa entre os indivíduos, e estes, por sua vez, acreditam que o domínio na fala e na escrita da norma padrão da língua é indispensável para a garantia do acesso ao mercado de trabalho, de destacar-se social-

*Em primeiro lugar, deve-se centralizar a escola como um lugar de trocas ideológicas, de lutas de classes...*

mente. Esta concepção é responsável pela sustentação do silêncio diante das diversidades que permeiam a escola, sem considerar que são os fatores sociais, políticos e econômicos responsáveis pela não dimensão desse saber.

De acordo com a afirmação de Bakhtin (2002, p. 14): “os conflitos de língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema”. Todos os valores que centralizam o poder da sociedade perpassam através da linguagem. Sendo assim, é no ambiente escolar que a língua pode desempenhar função conservadora no controle da estratificação, como também função transformadora de conhecimento, de construção social.

Neste quadro, o papel do educador é fundamental. Seu modo de se relacionar com cada aluno e seu método pedagógico ajudam-no a sair-se bem nas situações novas com que se defronta. (POPPOVIC, 1980). O educando só tem motivação para aprender quando a escola tem um significado para ele, quando nela percebe que sua linguagem é valorizada e respeitada.

#### *4 A Função Educacional e as Desigualdades Sociais*

De acordo com as abordagens anteriores, o papel funcional da escola anali-

sada tem sido necessariamente mais próxima da reprodução da cultura dominante do que da recriação reflexiva da mesma. Tanto a homogeneidade da política educacional como a interação sócio comunicativa no ambiente de ensino colaboram para o fracasso no processo de aprendizagem.

Diante disso, como identificar a função social esta instituição na solução das desigualdades sociais?

Em primeiro lugar, deve-se centralizar a escola como um lugar de trocas ideológicas, de lutas de classes, e portanto, de jogos lingüísticos que interferem na produção do conhecimento. Mesmo que ela queira inculcar nos alunos valores que não pertencem ao seu contexto social, estes, por sua vez, demonstram atitudes de resistência diante desses valores dominantes.

A diversidade sócio-cultural está, portanto, dentro e fora da escola. Além disso, a solução dos conflitos existentes na sociedade não reside em querer anular ou superar uma cultura sobre a outra, mas em considerar sua importância na formação da identidade do ser humano. Para isso, como afirma Soares (2000), não cabe, exclusivamente, à instituição escolar resolver ou acabar com a discriminação das classes populares, mas na sociedade como um todo.

O papel da escola está no compromisso diante dos problemas sociais, mostrar, através de sua prática pedagógica e gestão, alternativas para uma participação ativa de seus alunos na construção da cidadania. É claro que a educação só consegue atingir tais objetivos se a atuação do professor não for limitada à transmissão de suas idéias; que suas atividades induzam a vivenciar práticas sociais ligadas à solidariedade, à colaboração, à crítica, à iniciativa e à criação.

Este intercâmbio, que a escola serve na formação do indivíduo, requer um

aprimoramento nas formas de pensar e agir para que essas propostas abandonem o campo imaginário e passem a veicular na realidade das pessoas.

É dessa maneira que a educação amplia os horizontes para uma melhoria de vida entre as classes sociais menos favorecidas. Portanto, não está nela a anulação das desigualdades, mas parte do seu trabalho para uma conscientização da prática cidadã no desenvolvimento da sociedade.

No entanto, só é possível realizar estas aspirações, quando os educadores se desprenderem do discurso verborágico para uma prática consistente no respeito às diferenças como cita Freire (2001, p. 67):

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e neste dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.

Logo, dar possibilidade ao educando de descobrir o encanto e a beleza nas expressões culturais de sua gente é uma das funções sociais que a escola deve desempenhar na construção de um mundo aberto ao diálogo, ao entendimento da própria história, destacando-se o ser como agente transformador, não mais passivo diante dos interesses sociais vigentes.

Porém, essa ação transformadora depende do homem coletivo, não suprimindo a individualidade, mas lhe dando força aos outros. Pelo sentido que há nessa coletividade, uma sociedade mais humana significa superar a intollerância e os privilégios da elite; é contra ir às desigualdades.

De acordo com Gadotti (1998, p. 81): “Se quisermos inverter a corrente das injustiças é preciso começar por privilegiar os injustiçados”.

Antes de mais nada, é necessário ter consciência da existência das contradi-

ções sociais, e que a escola, como reflexo dos valores da sociedade, passa a apresentar em seu ambiente tais contradições e opressões.

É ingênuo pensar que a escola resolve os conflitos entre as classes. Ao contrário, é nela que se expande as desigualdades já pré-existentes na sociedade. No entanto, o papel do educador moderno compete estabelecer uma ação democrática de ensino; que os educandos possam indagar sua realidade, como afirma Bechara (2003, p. 21):

[...] no uso da linguagem para agir como instrumento na solução de problemas, na aprendizagem ou no conhecimento de como a linguagem torna essa pessoa capaz de explorar o ambiente em que se insere ou que tem diante de si.

Mediante esta necessidade da educação atual, torna-se como referência a fala de um aluno de 8ª série do Ensino Fundamental da escola avaliada, o que foi possível identificar a contradição entre o ato pedagógico e a realidade social do educando:

[...] é importante estudar para garantir um futuro melhor; mas o pior é que a gente não tem uma escola de qualidade e por isso os pobres acabam saindo da escola sem destino, sem esperança.

Neste argumento, a realidade educacional na vida do aluno ao invés de garantir sua dignidade humana, reflete a ideologia de que a classe social menos privilegiada tem já definido pela sociedade uma condição inferior da classe dominante, e com isso incute no estu-

*É ingênuo pensar que a escola resolve os conflitos entre as classes.*

dante um sentimento de acomodação diante das opressões.

O educador, nesta situação, cria as contradições e os conflitos, além de permanecer neutro, servindo aos interesses dominantes.

Desse modo, para uma possível solução desta realidade, é necessário educar

para a conscientização de si mesmo e da sociedade. Para isso, a democratização do ensino não pode ser entendida como meio dos educandos elevarem seu nível social, ter um *status* superior como cometem esse engano muito professores, alunos e sociedade em geral; mas pela capacidade que ela tem em acolher os problemas e respondê-los, buscar a afirmação do povo e de suas necessidades reais. Daí o sentido da educação ser transformadora, ir contra a ordem estabelecida, convencional e alienada. É preciso educar para a liberdade coletiva.

Através dos depoimentos anteriores, identificou-se de que forma a interação verbal entre professores, aluno e família; e a descentralização de suas funções sociais contribuem no fracasso do processo de ensino – aprendizagem.

Cabe acrescentar, paralelamente a estas discussões um outro julgamento realizado pela comunidade escolar, a qual demonstra uma certa inquietação sobre a imagem da instituição:

[...] é comum encontrar aqui alunos que não querem nada com a vida. Ficam fora da sala de aula e a direção não faz nada para resolver esse problema.

Observa-se, no contexto escolar, uma atitude docente omissa em relação aos conflitos de relacionamento no interior da escola. Não há uma formação voltada para o compromisso; e a falta de coer-

confiante no trabalho global extra-escolar e inacabado.

## Conclusão

De início, cabe lembrar que no processo de ensino – aprendizagem, a vida social e suas relações com a diversidade lingüística e cultural figuram como importantes fatores na inclusão do educando com sujeito histórico.

É nessa reflexão que a análise do contexto social da escola Simôa Gomes – PE possibilitou fazer um levantamento sobre a importância da prática docente na transformação social dos alunos. Verificou-se em sua política educacional que a democratização de ensino se deve configurar não somente em quantidade de vagas na escola, mas na qualidade de serviço prestado por ela.

Mediante esses fatores, pode-se admitir que a cultura do fracasso da comunidade escolar, comprovado pelo descrédito diante da ineficácia que a instituição tem sobre os educandos, pode ser substituído pela cultura do sucesso.

Para isso, a pesquisa teve como objetivo sistematizar uma educação de qualidade voltada para as necessidades vitais dos educandos, a qual deixa, em síntese, evidenciada a importância de uma dimensão relevante na postura es-

trutural da escola – professores e gestão interligados para o compromisso com o contexto sócio-econômico dos alunos - imbuído desta concepção, o agente-educador

apresentará novas relações interacionais, a fim de atingir a motivação do alunado, considerando seu saber empírico como ponto de partida para um aprimoramento do conhecimento de seu mundo.

Esta prática promove a reconciliação entre o novo saber instrumentalizado pela escola e as informações que o aluno traz consigo no convívio familiar,

*A função social da educação consiste em ter uma proposta política confiante no trabalho global extra-escolar e inacabado.*

ção, neste caso, colabora para um espontaneísmo dos alunos. Porém, tanto a presença rígida de regras como a sua ausência são responsáveis pela opressão, pela manutenção do poder. A escola deve tratar a liberdade como ato cidadão, seguindo uma direção consciente e responsável.

Portanto, a função social da educação consiste em ter uma proposta política

conduzido-o a uma formação reflexiva do meio social em que vive. A atividade docente, comprometida pela construção da cidadania desafiará uma prática alienante que tende a induzir o fracasso escolar como realidade própria de crianças e jovens carentes de famílias fragmentadas, colocando-os como culpados do não cumprimento às expectativas do ensino na escola, descentralizando as verdadeiras causas políticas, econômicas e sociais neste processo de desigualdade, desobrigando-se de sua verdadeira função na sociedade.

Parece possível que a educação venha inspirar – baseada na visão de Bakhtin, Soares, Mello, Poppovic, Freire e outros educadores – alternativas de

construções culturais e interações sociais que desafiam as relações de poder e dominação sobre os seres humanos. A perspectiva educacional, diante de tais abordagens, infere numa reflexão pedagógica consciente das mudanças do século XXI.

Logo, a partir dessas considerações, seja possível tanto para a escola pública avaliada como as demais inseridas no mesmo contexto, valorizar as classes populares, tendo como objetivo favorecer a sua comunidade condições de acompanhar o progresso comunicativo e informacional, superando os conflitos de valores e de poder de consumo no interior mesmo do sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 11. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- BRZEZINSKI, Iria. (Org). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GARRINSON, Karl. *Psicologia da Criança*. São Paulo: Ibrasa, 1971.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- POPPOVIC, Ana Maria. (Coord). *Pensamento e linguagem: programa de aperfeiçoamento para professores de primeiras séries*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas / Abril, 1980.
- SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: Uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.